

Imposto mínimo, uma proposta para a classe média

Gazeta Mercantil

Marcos Cintra – 11/03/2008

Finalmente Brasília emite sinais de vida inteligente e de esperança na questão tributária brasileira. Não. Não se trata do projeto de reforma tributária do governo, mas sim de uma PEC a ser apresentada por um partido de sua base de apoio, o Partido da República, e que conta com a simpatia do PT, como se pode depreender da leitura do blog do ex-ministro da Casa Civil de Lula, José Dirceu, um dos maiores formadores de opinião dentro do Partido dos Trabalhadores.

Em seu site na internet de 1º/03/2008 (www.zedirceu.com.br), José Dirceu afirma que “o Partido da República (PR) apresentou uma proposta que vale a pena ser debatida: a criação de um imposto sobre débitos e crédito bancários de 0,5%, portanto, de 1%, que arrecadaria, tomando por base os 0,38% da CPMF, cerca de R\$ 100 bilhões. Substituiria o Imposto de Renda Pessoa Física até R\$ 30 mil mensais, que hoje recolhe R\$ 56 bilhões, e a contribuição patronal para o INSS, que corresponde a 20% da folha de pagamento, que hoje recolhe R\$ 44 bilhões. Uma medida de justiça tributária e de simplificação. Estimuladora do emprego formal e do crescimento econômico.”

De fato, a proposta a ser apresentada pelo PR, batizada de Imposto Mínimo é uma bem-vinda complementação ao projeto de reforma tributária do ministro Guido Mantega. Este último projeto, isoladamente, deixa muito a desejar no atendimento aos anseios dos contribuintes brasileiros que desejam simplicidade, desburocratização e redução da carga tributária individual. Contudo, conjuntamente com a PEC do PR, eles poderiam finalmente empolgar a opinião pública a favor da construção de um novo modelo de arrecadação de impostos no país.

A PEC da reforma tributária do governo tem problemas sérios. Dentre outros, o projeto não atende demandas urgentes como a desoneração da folha de salários das empresas e a redução da carga de impostos para a classe média. São tímidas nesses pontos as intenções contidas no discurso do governo.

É aqui que a proposta do Imposto Mínimo do PR poderá ser um valioso aliado do governo no envolvimento da sociedade para apoiar a reforma.

O Brasil é o segundo país do mundo que mais tributa salários. A carga de mais de 40% só fica abaixo da Dinamarca. Isso compromete dramaticamente a competitividade brasileira e é fator determinante para a manutenção da elevada informalidade no mercado de trabalho. Como alternativa à desoneração da folha de pagamentos, o PR apresentou ao ministro Guido Mantega e à ministra Dilma Rousseff uma proposta que elimina já a partir de janeiro de 2009 os 20% do INSS patronal. Em seu lugar seria criada uma contribuição previdenciária de 0,5%, que incidiria sobre o débito das movimentações financeiras. Conforme simulações com base na matriz insumo-produto do IBGE, essa medida promoveria uma expressiva redução na carga tributária e nos preços em todos os setores da economia.

E no tocante à redução da carga tributária vale lembrar que a classe média vem sendo a mais prejudicada nos últimos governos. A política econômica tem beneficiado os mais pobres por conta de ações redistributivistas, e também os mais ricos que encontram um ambiente amplamente favorável aos grandes negócios e aos interesses dos rentistas. Essa transferência de renda para o topo e para a base da pirâmide econômica exerceu forte pressão sobre o orçamento público e a classe média está pagando a conta. Há estimativas que apontam que os impostos sobre o patrimônio, consumo e renda abocanham metade da renda desse grupo.

Para beneficiar a classe média o projeto do Imposto Mínimo do PR propõe uma significativa elevação do limite de isenção do IRPF, que poderia chegar até R\$ 30 mil por mês, cuja perda de arrecadação seria compensada através da cobrança do imposto de renda mínimo, que teria uma alíquota de 0,5% sobre o crédito das movimentações financeiras. Não haveria cobrança das pessoas que movimentam até o limite de isenção do

IRPF, que hoje é de R\$ 1.372,81.

Vale a pena conferir o projeto do Imposto Mínimo, pois nele o governo poderá encontrar o caminho para finalmente viabilizar a tão desejada reforma tributária, com simplificação, desburocratização, combate à evasão e redução da carga tributária dos que hoje não suportam mais o peso dos impostos em seus orçamentos familiares.

* professor titular e vice-presidente da Fundação Getulio Vargas. Próximo artigo em 8 de abril